



ANA MARIA CAMPOS  
camposanamarca5@gmail.com

## 2x0 a favor da Lei da Ficha Limpa

Entre os 10 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dois votaram pelo restabelecimento das regras mais rigorosas de elegibilidade previstas na Lei da Ficha Limpa. O ministro Luiz Fux seguiu, ontem, a relatora, Cármen Lúcia, para julgar procedentes os trechos da ação direta de inconstitucionalidade, proposta pela Rede Sustentabilidade, que contestam os novos prazos para contagem das penas estabelecidos pela Lei Complementar 219/2025. A nova regra — que beneficia políticos como José Roberto Arruda (PSD), Anthony Garotinho (Republicanos) e Eduardo Cunha (Republicanos) — limita a pena de inelegibilidade a oito anos após a condenação em colegiado ou a 12 anos para quem tem vários processos conexos. Na Lei da Ficha Limpa, a pena começa a contar após o trânsito em julgado, o que pode estender o afastamento político a vários anos enquanto o caso tramita na Justiça.

Rosinei Coutinho/STF



### Empate favorece mudanças

Quem defende a Lei Complementar 219/2025 tem uma vantagem nesse processo. É que são necessários seis votos para o STF suspender os efeitos da lei aprovada pelo Congresso. Com um ministro a menos, esse placar pode ficar mais difícil de alcançar. No caso da atual composição, com apenas 10 ministros, em caso de empate, a solução é prejudicial à tese da ADI.

### Nova lista para o TJDF

A disputa pelas duas vagas abertas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para o quinto constitucional do Ministério Público está praticamente limitada aos mesmos candidatos. O TJDF já havia definido três nomes para suceder o desembargador Maurício Miranda, que morreu em janeiro — Trajano de Mello, Selma Sauerbronn e Marya Rosinete Oliveira Lima. O presidente Lula não definiu quem deverá nomear e, ontem, o MPDFT elegeu uma lista sêxtupla para a vaga aberta pelo falecimento da desembargadora Maria de Lourdes Abreu. Pela ordem de votação, ficou assim: a procuradora de Justiça Maria Rosynete de Oliveira Lima (187 votos), a vice-procuradora-geral de Justiça Jurídico-Administrativa Selma Sauerbronn (179 votos),



Paulo H. Carvalho/CB/D.A Press

o procurador de Justiça Trajano Sousa de Melo (160 votos), o promotor de Justiça Fabiano Mendes Rocha Peloso (145 votos), o procurador de Justiça Vitor Fernandes Gonçalves (124 votos) e o procurador de Justiça Roberto Carlos Silva (99 votos). O TJDF será responsável pela formação da lista triplíce, a partir dos nomes indicados pelo MPDFT. Na sequência, a relação será encaminhada ao presidente da República, a quem caberá a escolha e a nomeação do novo integrante da Corte.

### Desembargador proíbe divulgação de pesquisa por indícios de irregularidades

A pedido do PSB, o desembargador eleitoral André Puppim Macedo, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), proibiu a divulgação da última pesquisa realizada pelo Instituto Veritá, que ocorreria hoje. Integrantes do partido do pré-candidato ao Palácio do Buriti Ricardo Cappelli vinham contestando os números divulgados pelo instituto que, na visão deles, estariam fora da realidade. A pesquisa foi contratada pelo PL. Em outras rodadas do levantamento, os resultados foram divulgados pelo senador Izalci Lucas (PL-DF), que trabalha para viabilizar candidatura ao Buriti. O partido, no entanto, está fechado com a reeleição da governadora Celina Leão (PP).

Andressa Anholte/Agência Senad



### Sexto lugar em 2022

Na pesquisa divulgada há duas semanas, Izalci aparece bem posicionado e embolado com Celina, José Roberto Arruda (PSD) e Leandro Grass (PT). Na ocasião, políticos comentaram que, na última eleição ao governo, Izalci também aparecia competitivo na reta final da campanha, mas, no fim da disputa, ficou na sexta colocação.

### Parque entre Mariana e Ouro Preto será reaberto ao público

O Parque Estadual do Itacolomi, localizado entre Mariana e Ouro Preto, será oficialmente reaberto ao público em 1º de junho, marcando uma nova fase de visitação e uso da unidade de conservação que ficou fechada para reformas por três anos. Com cerca de R\$ 30 milhões em investimentos oriundos de uma compensação florestal minerária da Vale, o parque passou pela maior revitalização estrutural desde 1998, com melhorias em espaços de visitação, hospedagem, camping, centro de visitantes, Museu do Chá e patrimônios históricos. Criado em 14 de junho de 1967, o Parque Estadual do Itacolomi é um dos mais importantes patrimônios ambientais, históricos e culturais de Minas Gerais. Inserido na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e na região do Quadrilátero Ferrífero, o parque abriga rica biodiversidade em áreas de transição entre Mata Atlântica e Cerrado. Seu principal atrativo é o Pico do Itacolomi.



Evandro Rotenberg/Divulgação

TRE-DF - Redes Sociais



### Confiabilidade

Em representação enviada ao TRE-DF, o PSB apontou supostas irregularidades na metodologia e no registro da pesquisa. O levantamento foi registrado apenas para consulta aos cargos de governador e senador, mas o questionário aplicado aos entrevistados continha diversas perguntas relacionadas à disputa para presidente da República. Para o desembargador André Puppim, a divergência compromete a transparência e a fiscalização do levantamento eleitoral. Na decisão, o desembargador destacou que a inclusão de perguntas sobre cargos não registrados ultrapassa mera irregularidade formal e pode afetar a confiabilidade de toda a pesquisa.

### Multa

Com esse entendimento, o TRE-DF determinou que o Instituto Veritá se abstenha de divulgar, republicar ou promover os resultados da pesquisa por qualquer meio, até nova deliberação judicial. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 5 mil. A liminar será submetida à defesa do instituto e parecer do Ministério Público Eleitoral.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**LEGISLATIVO/** Moradores de Vicente Pires querem a aprovação de projeto que estabelece diretrizes para definir o valor de alienação de imóveis públicos. Por falta de quórum, proposta só deve ser votada na semana que vem

# Manifestantes cobram preço justo por imóveis

» MILA FERREIRA

Em um dia sem votações na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), manifestantes ocuparam a galeria da Casa pedindo a aprovação de projetos. Entre eles, moradores de Vicente Pires cobraram a votação do Projeto de Lei nº 2.257/2026, do deputado distrital Daniel de Castro (PP), que estabelece diretrizes e critérios para a fixação do preço de alienação de imóveis públicos no âmbito de processos de

Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico (REURB-E) no Distrito Federal. Mas, por falta de quórum, proposta deverá ser votada semana que vem.

Representantes da Associação de Moradores de Vicente Pires pedem por uma “regularização justa”. Eles querem que os lotes sejam vendidos a preço de terra nua, sem considerar valores de construções.

Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Cívicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito

Federal (Sindireta-DF) também ocuparam a galeria reivindicando a votação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PELO) nº 20, que coloca a carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental (PPGG) como uma carreira típica de Estado.

O reconhecimento consolida juridicamente funções já exercidas pela carreira em áreas como planejamento governamental, formulação e avaliação de políticas públicas, governança pública, modernização administrativa, gestão de riscos e transformação digital.

Mila Ferreira



Por falta de quórum, não houve votações ontem na CLDF, mas manifestantes ocuparam a galeria

## CLDF pede suspensão de contrato

Na segunda-feira, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) foi acionado pela CLDF, por meio de uma representação que pedia a suspensão de um contrato firmado entre a Secretaria de Educação (SEE-DF) e a empresa HD Empreendimentos visando a compra de kits de copos, pratos e talheres para a alimentação escolar.

O contrato foi fechado no valor de R\$ 98,4 milhões e previa a aquisição de 455 mil kits. A representação apontou problemas na qualidade dos utensílios, o que estaria

causando queimaduras nas crianças, e um suposto conflito de interesses causado por uma relação pessoal entre a servidora da secretaria responsável pelo contrato e o sócio-administrador da empresa contratada.

O autor da representação foi o deputado distrital Gabriel Magno (PT). A denúncia aponta que a servidora da SEE-DF era namorada do sócio da HD empreendimentos e, mesmo assim, teria autorizado pagamentos referentes a uma parte dos kits.

Também de acordo com a denúncia, a qualidade de utensílios

que já foram distribuídos às escolas seria insatisfatória e há registros de crianças queimadas ao manusear copos e pratos com bordas de alumínio superaquecidas, além de oxidação, infiltração de água e colheiras frágeis.

Com o **Correio**, a secretaria informou que, em 16 de maio, a servidora pediu dispensa da função de fiscal do contrato em questão e, na mesma data, também pediu exoneração do cargo em comissão que ocupava na pasta. A secretaria informou, ainda, que o caso foi encaminhado para a

Corregedoria para apuração.

Em 17 de maio, a servidora solicitou auditoria integral sobre os atos relacionados ao contrato e, em 18 de maio, a secretaria determinou a suspensão cautelar de pagamentos vinculados ao contrato e a realização de auditoria e análise técnica da execução contratual.

A secretaria destacou que as 461 unidades escolares contempladas também serão consultadas oficialmente sobre o recebimento, uso e possíveis inconformidades identificadas.

Procurado pela reportagem, o TCDF não se manifestou até o fechamento desta edição.

SECRETARIA EXECUTIVA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 90004/2026**

O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de Comunicação Unificada como Serviço (UCaaS), disponibilizados sob o modelo de Software como Serviço (SaaS), incluindo funcionalidades de PABX virtual em nuvem, baseadas em tecnologia VoIP/SIP, com fornecimento de licenças de ramais virtuais, aparelhos telefônicos IP em comodato, serviços de telefonia fixa comutada (STFC) e conectividade dedicada, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

EDITAL: Disponível na Internet nos endereços: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> ou [http://sisel.mdr.gov.br/consulta\\_edital.php](http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php)

ABERTURA: 12/06/2026, às 10h (dez horas), no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Regina Helena da Cruz Garcia  
Engenheira Agrônoma